



CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – UNIVEM

Mantido pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha
Internet: www.univem.edu.br - e-mail: fundação@univem.edu.br

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU E CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPE – Nº 01/2010

O Conselho Universitário – CONSU e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, conforme o deliberado em reunião do dia 30 de junho de 2010, estabelece a presente Resolução, que aprova o Regulamento das Atividades Complementares (RAC) do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, mantido pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES - RAC

**Marília
2010**

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (RAC)

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As Atividades Complementares (AC) dos cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia) oferecidos pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) serão regidas por este Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado, com as disciplinas curriculares do curso ou com o trabalho de curso (TC).

Art. 3º - As Atividades Complementares compreendem atividades desenvolvidas pelos alunos tanto no UNIVEM quanto em programas ou cursos oferecidos por outras instituições de ensino, organizações empresariais ou, ainda, por cursos de formação, desde que sejam complementares à sua formação.

Art. 4º - As Atividades Complementares são práticas acadêmicas obrigatórias, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a obtenção do grau correspondente, atendendo ao que prescrevem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Art. 5º - As Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas, preferencialmente, de forma contínua em cada período letivo, ao longo do curso em que o aluno estiver matriculado.

Parágrafo único. O aluno deverá cumprir o total das horas correspondentes às Atividades Complementares definidas no Projeto Pedagógico de seu curso, distribuindo-as de forma equilibrada, de modo a evitar a concentração em apenas algumas modalidades.

Art. 6º - As AC são componentes curriculares obrigatórios; logo, seu cumprimento integral é imprescindível para a conclusão do curso.

§ 1º - O total das atividades desenvolvidas pelo acadêmico constará de seu histórico escolar.

§ 2º - A carga horária destinada às Atividades Complementares que exceder o mínimo estabelecido na estrutura curricular do curso será computada como facultativa, para fins de registro no histórico escolar do aluno.

A

TÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 7º - O presente regulamento tem por finalidade normalizar as Atividades Complementares como componente curricular dos cursos de graduação oferecidos pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM)

Art. 8º - As Atividades Complementares, cuja obrigatoriedade está fundamentada no Projeto Pedagógico dos Cursos e das normas legais pertinentes, têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem objetivando:

- I – Complementar a formação profissional e social;
- II – Ampliar os horizontes do conhecimento, bem como de sua prática, para além da sala de aula, em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- III – Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais no contexto regional em que se insere a instituição;
- IV – Propiciar a interdisciplinaridade no currículo,
- V – Estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.

TÍTULO III – DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 9º - A carga horária total a ser cumprida pelo acadêmico depende de tabela de validação (em anexo), definida conforme estrutura curricular do curso.

Art. 10º - O aluno somente poderá iniciar o cumprimento das AC após estar matriculado no primeiro ano/semestre do curso.

Parágrafo único. Os alunos que ingressarem nos cursos por meio de transferência ou aproveitamento de estudos ficam sujeitos ao cumprimento da carga horária de atividades complementares, podendo solicitar à coordenação o cômputo da carga horária atribuída pela instituição de origem, observadas o limite fixado na tabela em anexo.

Art. 11 - As Atividades Complementares dos cursos de graduação oferecidos pelo Centro Universitário Eurípides de Marília poderão ser desenvolvidas pelo acadêmico no UNIVEM ou em qualquer outra instituição ou órgão, público ou privado.

7

Art. 12 - As atividades complementares devem ser desenvolvidas no decorrer do curso, entre o primeiro e último ano/semestre, sem prejuízo da frequência e aproveitamento nas atividades do curso.

Art. 13 - O aproveitamento das atividades complementares estará sujeito à análise do Núcleo de Atividades Complementares, desde que em concordância com a Coordenação do respectivo curso.

Art. 14 - A realização das atividades complementares é de responsabilidade do acadêmico.

Art. 15 - São consideradas atividades complementares:

I – atividades de ensino:

- a) disciplinas complementares, não previstas no currículo regular dos cursos;
- b) atividades de monitoria;
- c) participação em cursos e palestras;
- d) ensino à distância com afinidade e aderência ao curso;
- e) cursos na área de informática ou língua estrangeira;
- f) estágio extracurriculares; e
- g) AVIN (Avaliação Integradora).

II – atividades de pesquisa:

- a) artigo publicado;
- b) apresentação de trabalhos científicos (congressos, seminários, etc.); e
- c) projeto de iniciação científica.

III – atividades de extensão:

- a) atividades práticas e profissionais afins;
- b) participação na organização de eventos, cursos, oficinas;
- c) participação em sessões de defesa de trabalho de curso (TC);
- d) atuação social beneficente; e
- e) atividades desportivas de relevância institucional.

Art. 16 - Em se tratando dos Cursos Superiores de Tecnologia em funcionamento no UNIVEM, também será considerada atividade complementar o desenvolvimento de um projeto vinculado à respectiva área de atuação profissional do curso em que o aluno estiver matriculado.

§ 1º - Os projetos deverão ser desenvolvidos em grupos constituídos de, no máximo, 4 (quatro) alunos. Já quanto ao aproveitamento das horas, este será individual, estando sujeito à efetiva participação de cada membro.

§ 2º - Os temas a serem desenvolvidos nos projetos poderão oscilar anualmente, ajustando-se à demanda e necessidade do mercado profissional.

§ 3º - Para fins de aproveitamento das horas, será obrigatória a presença em, no mínimo, 2 (dois) encontros mensais com os professores orientadores.

7

- I - Dada a obrigatoriedade da presença, o não cumprimento do número mínimo de encontros mensais acarretará na perda das possíveis horas-atividade.

Art. 17 - O registro acadêmico das Atividades Complementares será promovido de acordo com tabela anexa a este Regulamento, respeitadas as especificidades de cada curso a serem afixadas pelos respectivos Conselhos de Curso.

TÍTULO IV – DOS PROCEDIMENTOS DE REGISTRO E DA VALIDAÇÃO

Art. 18 – A verificação, convalidação e o registro dos comprovantes no sistema de controle acadêmico, bem como a divulgação das Atividades Complementares no UNIVEM, serão supervisionados por seu Núcleo de Atividades Complementares (NAC).

§ 1º - O aproveitamento de atividades de estágios extracurriculares desenvolvidos mediante a celebração de convênios será realizado com base em atestado emitido pela entidade concedente de Estágio.

§ 2º - A validação pela participação em eventos científicos, culturais que não tenham caráter de extensão universitária, sejam eles promovidos pelo UNIVEM ou por outras instituições assistenciais, será realizada após análise do pedido do aluno, devidamente documentado.

§ 3º - A validação pela participação dos discentes na Avaliação Integradora (AVIN) e no Programa Institucional de Nivelamento será realizada após divulgação de relatórios em que conste a lista dos participantes.

§ 4º - A validação pela realização de disciplinas pertencentes a outros cursos superiores do UNIVEM ou de outras Instituições de Educação Superior será realizada após análise do pedido do aluno, devidamente documentado, e desde que a realização da disciplina tenha sido previamente avaliada pela Coordenação do Curso em que o aluno solicitante esteja matriculado.

Art. 19 - Os documentos (certificados, relatórios e históricos) deverão ser entregues no Núcleo de Atividades Complementares (NAC), onde os mesmos serão conferidos, validados, registrados no sistema de controle acadêmico, sendo, posteriormente, encaminhados à Secretaria Geral, para fins de arquivamento.

Parágrafo único. Os certificados deverão ser apresentados com cópias autenticadas ou em duas vias (original e cópia), sendo o original devolvido imediatamente após a verificação dos dados.

Art. 20 - Os certificados de comprovação de participação em eventos deverão ser expedidos em papel timbrado do órgão promotor, com assinatura do responsável e respectiva carga horária do evento.



TÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

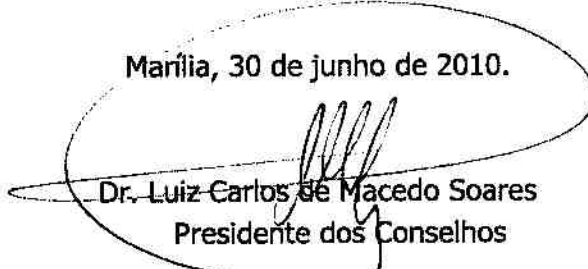
Art. 21 - As Atividades Complementares não poderão ser aproveitadas para fins de dispensa de disciplinas que integram o currículo do curso.

Art. 22 - O presente Regulamento está sujeito às alterações que se fizerem necessárias, tendo em vista a atualização e coerência, sempre que surgirem novas necessidades formativas ou legais submetidas à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Universitário (CONSU).

Parágrafo único. Os casos omissos relativos ao aproveitamento das AC serão resolvidos pelos Conselhos de Cursos.

Art. 23 - Este regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo CEPE e CONSU, ficando revogadas as disposições anteriores.

Marília, 30 de junho de 2010.


Dr. Luiz Carlos de Macedo Soares
Presidente dos Conselhos

